



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia Geral do Estado

Advocacia Regional - Governador Valadares

### DESPACHO DE ARQUIVAMENTO

**Referência nº TCE certidão 205-2015 – Magdalena Maraslis de Tassis**

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu Procurador do Estado, vem informar que o crédito não tributário foi cobrado nos termos do Decreto 45.989/12, com ajuizamento de execução fiscal e posterior protesto extrajudicial.

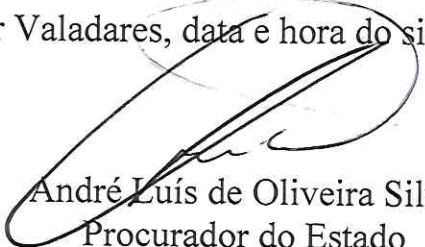
Não havendo êxito na cobrança e transcorridos os prazos prescricionais, enseja-se necessária a declaração de prescrição do crédito, com remessa da pasta administrativa para arquivamento nos termos do artigo 7.º-A do citado decreto.

“Art.7º-A – Decorrido o prazo prescricional, e desde que o crédito não seja objeto de cobrança judicial, o protesto extrajudicial e a CDA deverão ser cancelados, e o crédito, extinto, em conformidade com o disposto no art. 10 da Lei nº 13.515, de 7 de abril de 2000.”

“Art. 10 – Consumada a prescrição relativa aos créditos tributários e a outros débitos de responsabilidade do contribuinte, as repartições fazendárias, de ofício, excluirão de seus sistemas quaisquer referências a eles.”

Procedo assim, com a determinação de remessa ao órgão/unidade de origem para fins de comunicação, baixa e arquivamento.

De Governador Valadares, data e hora do sistema.

  
André Luís de Oliveira Silva  
Procurador do Estado  
Advogado Regional do Estado  
Masp 1.096.295-9 OAB/MG 82.793





# ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia Geral do Estado

Advocacia Regional – Governador Valadares

## FORMULÁRIO PARA ENVIO DE CDA PARA PROTESTO

CDA:	205/2015 - MULTA TCE
EXECUÇÃO FISCAL:	0182282-23.2015.8.13.0105
DEVEDOR PRINCIPAL:	MAGDALENA MARASLIS DE TASSIS
COOBRIGADO 1:	- ESPÓLIO DE PEDRO IWANDIR DE TASSIS
COOBRIGADO 2:	-
COOBRIGADO 3:	-
<i>(obs: no campo dos coobrigados preencher o nome e o CPF)</i>	
<b>1 - Requisitos do Decreto 46.757/2015</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>ESTÃO</b> preenchidos os requisitos do Decreto e demais orientações repassadas pelo nível central:	<input type="checkbox"/> <b>NÃO</b> estão preenchidos os requisitos do Decreto e demais orientações repassadas pelo nível central:
	<input type="checkbox"/> Supera o valor limite
	<input type="checkbox"/> Procurador constituído na execução fiscal
	<input type="checkbox"/> Execução embargada
	<input type="checkbox"/> Garantia integral
	<input type="checkbox"/> Parcelamento
	<input type="checkbox"/> Depósito judicial/administrativo
	<input type="checkbox"/> Exigibilidade do crédito suspensa
	<input type="checkbox"/> Ente público no polo passivo
	<input type="checkbox"/> Pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial no polo passivo
	<input type="checkbox"/> Exceção de pré-executividade pendente de julgamento;
	<input type="checkbox"/> Instituição financeira no polo passivo (IPVA)
	<input type="checkbox"/> Devedor/devedores em outro Estado da Federação
OBSERVAÇÕES:	





**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Advocacia Geral do Estado  
Advocacia Regional – Governador Valadares

2 – Redirecionamentos

Durante a tramitação da execução houve pedido de redirecionamento, já deferido, para o(s) coobrigado(s) acima indicados, razão pela qual:

- ☐ Há necessidade de manutenção do SICAF;
- ☒ NÃO HÁ necessidade de manutenção do SICAF (já realizada antes).

Sr. Advogado Regional

Após análise dos autos do executivo fiscal, concluo pela necessidade de **DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL**, com espeque no artigo 755 do NCPC, com posterior **ENVIO DE NOVA CDA PARA PROTESTO**, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 3º do Decreto Estadual n. 46.757/15.

Governador Valadares

22

de

Dezembro

de

2017

*Juliana Padilha Nunes Mattar*  
**JULIANA PADILHA NUNES MATTAR**  
Procuradora do Estado  
OAB/MG 104.141 MASP 1.373.135-1

**MANIFESTAÇÃO DO ADVOGADO REGIONAL**

Tendo em vista a manifestação do Procurador do Estado, determino seja providenciada:

- ☒ A juntada do presente requerimento (e eventuais cópias que o instruíram) no PA/PTA;
- ☒ A manutenção do SICAF para inclusão dos coobrigados indicados;
- ☒ O envio, via SIARE, do PTA desjudicializado para protesto, com a conferência no mês seguinte se o mesmo foi realmente protestado.

Governador Valadares

28

de

dezembro

de

2017

*André Luís de Oliveira Silva*  
**ANDRÉ LUÍS DE OLIVEIRA SILVA**  
Advogado-Regional do Estado em Governador Valadares  
MASP 1.096.295-9 OAB/MG 85.799-9  
Escritório: Rua 9 de Julho, 100 - Centro - Governador Valadares - MG  
Fone: (33) 3101-7717  
E-mail: andreluissilva@adv.br



172.23.201.11 - PuTTY

NFGAR4P6  
VFGAR4P6  
M1373135

S I C A F  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Calcula Juros (TJLP/SELIC) Sobre um Determinado Valor

SEF/MG  
14.12.2017  
18:33

Periodo.....: 05 . 02 . 2016 a 14 . 12 . 2017

Tipo de Calculo: 1 (1-SELIC/2-TJLP)

Valor Informado.....16.983,52  
Juros SELIC.....3.585,08  
Total.....20.568,60

Comando: █

Enter-PF1---PF2---PF3---PF4---PF5---PF6---PF7---PF8---PF9---PF10---PF11---PF12--- pts/  
? Desis Fim Retrn Menu





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES/MG

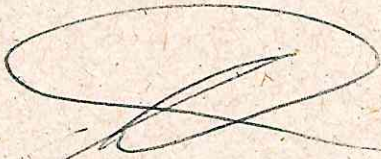
02

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu Procurador *in fine* assinado, vem à presença de V.Exa. para, com fulcro nos artigo 71, § 3º da Constituição Federal/1988, Lei número 6.830/80 e nos artigos 578, 585, VI e demais dispositivos do Código de Processo Civil aplicáveis à espécie, propor **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL** em face de **MAGDALENA MARASLIS DE TASSIS**, CPF nº 308.487.926-53, Espólio de **PEDRO IWANDIR DE TASSIS**, ex-Presidente da PROMINAS, residente e domiciliado na Praça Serra Lima, 607, Apto 407, Centro – Governador Valadares – MG – CEP: 35.500-197.

- 1) O Exequente é credor do crédito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em decisão prolatada no processo nº 411.042, Certidão de Débito nº 205/2015, que integra a presente petição, cujo valor original é de NCz\$ 28.337,76 (Vinte e oito mil trezentos e trinta e sete cruzados novos e setenta e seis centavos).
- 2) Referida importância, acrescida da correção monetária e juros moratórios, apurados conforme Tabela da Corregedoria Geral de Justiça, publicada no “Minas Gerais” de 10/03/2015 (referência: 01/1990) – índice: 0,2639454 atingiu, o valor de R\$ 7.479,62 (Sete mil quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos).
- 3) Em face do exposto, requer a citação do executado, via correio com aviso de recebimento, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague o débito acima mencionado, devidamente atualizado, mais despesas judiciais e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o montante devido, ou então que garanta a execução, observada a gradação prevista no artigo 11 da Lei nº. 6.830/80, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quanto bastem para garantir o pagamento integral do débito e demais encargos da execução, cumprindo-se, neste caso, com as formalidades previstas no artigo 14 da Lei nº. 6.830/80.
- 4) Se for o caso, o pagamento do valor executado deverá ser promovido **exclusivamente** através de DAE – Documento de Arrecadação Estadual, multas diversas – receita: 186-7 (multa de outras origens), e os honorários advocatícios via guia boleto bancário CBR obtida junto à Advocacia Regional em Governador Valadares, no endereço e telefone constante do rodapé desta inicial.
- 5) Dá-se à causa o valor especificado no item “2”.

Pede deferimento.

Governador Valadares, 30 de abril de 2015.

  
André Luís de Oliveira Silva  
Advogado Regional do Estado  
MA SP 1.096.295-9 OAB/MG 82.793





## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Processo nº 0182282-23.2015 – 4ª Vara Cível

Vistos, etc...

Cite-se o executado, na pessoa indicada, para, no prazo de 5(cinco) dias, pagar a dívida com os juros, eventual multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução para, querendo, embargá-la.

A citação se fará por mandado, como requerido. Observe-se a existência de pagamento da diligência ou convênio para tanto.

Frustrada a tentativa de penhora, intime-se a parte exequente para, em 10 dias, indicar ao Juízo bens livres e desimpedidos do executado, para a imediata expedição do mandado de penhora por oficial de justiça. Para o caso de penhora de bens imóveis, deverá o Oficial de Justiça avaliar o bem penhorado, respeitar a meação do cônjuge, dar ciência a ambos, quando for o caso.

Igualmente se fará o Arresto, se a parte executada não tiver domicílio ou dele se ocultar.

O registro da penhora ou do arresto, conforme o caso, se fará independentemente do pagamento de custas e outras despesas, de acordo com as situações previstas no art. 14 da Lei de Execução Fiscal.

Para o pronto pagamento do débito, fixo honorários sucumbenciais de 10% sobre o valor do mesmo.

Intime-se a parte exequente.

Cumpra-se.

Governador Valadares/MG, 24 de junho de 2015.

Anacleto Falci  
Juiz de Direito Auxiliar

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

RECEBIMENTO

Em 25 de 06 de 15

recebi os presentes autos. Para efetuar lavrar este.

O(A) Escrivão(a)



COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES - JUSTIÇA CO  
FÓRUM R. JOAQUIM ASSIS M. COSTA

PC DO XX ANIVERSÁRIO - S/Nº - CENTRO - CEP: 35010150 - Tel: (33) 3279-5800 - GOVERNADOR VALADARES/MG

236 - MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

4ª VARA CÍVEL

PROCESSO: 0182282-23.2015.8.13.0105 / 0105.15.018228-2 MANDADO: 2  
EXECUÇÃO FISCAL - Distribuído em 05/05/2015

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXECUTADO: MAGDALENA MARASLIS DE TASSIS e Outro(s).

Pessoa a ser citada:

ESPÓLIO DE PEDRO IWANDIR DE TASSIS

(Cumprir Prov. 161/CGJ/2006. Informar RG, CPF, Filiação, etc.)

Endereço:

PC SERRA LIMA, 607 - APTº. 407 - Fone:

CENTRO - CEP: 35010250 - GOVERNADOR VALADARES/MG

O(A) MM. Juiz(iza) de Direito da vara supra manda ao Oficial de Justiça Avaliador abaixo nominado que, em cumprimento a este, CITE a parte ré ou o seu representante legal para pagar em 5 (cinco) dias a importância constante da cópia em anexo, que será corrigida monetariamente na data do recolhimento e demais cominações legais ou garanta a execução. Não o fazendo, proceda a penhora e avaliação de bens quantos bastem para a garantia da execução, acréscimos legais e custas judiciais. Não encontrando o devedor proceda ao arresto em bens suficientes para converter em penhora por citação posterior. Feita a penhora, intimé-se o executado e seu cônjuge se casado for que, se a penhora recair sobre bens imóveis, terá o prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pelo exequente. Entregue-se contra-fé e cópia do auto de penhora ou arresto e proceda-se a avaliação.

COMPLEMENTO / DESPACHO JUDICIAL

GOVERNADOR VALADARES, 06 de julho de 2015.

Escrivã(o) Judicial: PATRÍCIA MARIA LUKSCHAL AMARAL NUNES  
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Ciente:

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:

EUGÊNIO ARMOND COELHO

REGIÃO: 1 - REGIÃO UM

Mandado: 2

VINCULADO AO

Nº: 1

Certidão: ☐ Verso  
☐ Anexa

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS



64  
PODER JUDICIARIO/MG - COMARCA GOV. VALADARES

CERTIDÃO

Processo nº: 105 15.018228-2 M-2

Certifico que, em cumprimento ao r. mandado anexo, diligenciei ao endereço indicado e lá estando, CITEI o Espólio de Pedro Iwandir de Tassis, na pessoa de sua viúva e inventariante, Sra. Magdalena Maraslis de Tassis por todo o conteúdo do mandado, a qual, após a leitura, exarou a sua nota de ciência e aceitou a contrafé que lhe ofereci. DOU FÉ.

Gov. Valadares, 03 de Agosto de 2.015

EUGÊNIO ARMOND COELHO

Oficial de Justiça

CERTIDÃO

Certifico que, em prosseguimento ao r. mandado anexo, retornei ao endereço indicado e lá estando, deixei de penhorar por não encontrar bens pertencentes ao Espólio. DOU FÉ.

Gov. Valadares, 12 de Agosto de 2.015

EUGÊNIO ARMOND COELHO

Oficial de Justiça



COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES - JUSTIÇA CO

FÓRUM DR. JOAQUIM ASSIS M. COSTA

PC DO XX ANIVERSÁRIO - S/Nº - CENTRO - CEP: 35010150 - Tel: (33) 3279-5800 - GOVERNADOR VALADARES/MG

236 - MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

4ª VARA CÍVEL

PROCESSO: 0182282-23.2015.8.13.0105 / 0105.15.018228-2 MANDADO: 1  
EXECUÇÃO FISCAL - Distribuído em 05/05/2015

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXECUTADO: MAGDALENA MARASLIS DE TASSIS e Outro(s).

Pessoa a ser citada:

MAGDALENA MARASLIS DE TASSIS - RG: 155114/MG - CPF: 032.542.686-44

Data de Nascimento: 24/06/1938

PAI: ANASTAS PANTEL MARASLIS

MÃE: ZÉLIA MOREIRA MARASLIS

Endereço:

PC SERRA LIMA, 607 - APTO. 407 - Fone:

CENTRO - CEP: 35010250 - GOVERNADOR VALADARES/MG

O(A) MM. Juiz(íza) de Direito da vara supra manda ao Oficial de Justiça Avaliador abaixo nominado que, em cumprimento a este, CITE a parte ré ou o seu representante legal para pagar em 5 (cinco) dias a importância constante da cópia em anexo, que será corrigida monetariamente na data do recolhimento e demais cominações legais ou garanta a execução. Não o fazendo, proceda a penhora e avaliação de bens quantos bastem para a garantia da execução, acréscimos legais e custas judiciais. Não encontrando o devedor proceda ao arresto em bens suficientes para converter em penhora por citação posterior. Feita a penhora, intime-se o executado e seu cônjuge se casado for que, se a penhora recair sobre bens imóveis, terá o prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pelo exequente. Entregue-se contra-fé e cópia do auto de penhora ou arresto e proceda-se a avaliação.

COMPLEMENTO / DESPACHO JUDICIAL

GOVERNADOR VALADARES, 06 de julho de 2015.

Escrivã(o) Judicial: PATRÍCIA MARIA LUKSCHAL AMARAL NUNES  
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Ciente: \_\_\_\_\_

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:

EUGÊNIO ARMOND COELHO

REGIÃO: 1 - REGIÃO UM

Mandado: 1

Certidão: ☐ Verso  
☐ Anexa

Verba de Convênio de R\$ 41,42 a ser empenhada.

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS



PODER JUDICIARIO/MG - COMARCA GOV. VALADARES

CERTIDÃO

Processo nº: 105 15 018228-2 M-1

Certifico que, em cumprimento ao r. mandado anexo, diligenciei ao endereço indicado e lá estando, CITEI Magdalena Maraslis de Tassis por todo o conteúdo do mandado, a qual, após a leitura, exarou a sua nota de ciência e aceitou a contrafé que lhe ofereci. DOU FÉ.

Gov. Valadares, 03 de Agosto de 2.015

EUGÊNIO ARMOND COELHO

Oficial de Justiça

CERTIDÃO

Certifico que, em prosseguimento ao r. mandado anexo, retornei ao endereço indicado e lá estando, deixei de penhorar por não encontrar bens pertencentes à executada além de suas roupas de uso pessoal. DOU FÉ.

Gov. Valadares, 12 de Agosto de 2.015

EUGÊNIO ARMOND COELHO

Oficial de Justiça